



O Perfil académico e profissional dos responsáveis pelas Bibliotecas Públicas e Municipais em Portugal

João Cardoso Azaruja^a, Manuela Barreto Nunes^b, Maria Manuel Borges^c

^a*Universidade de Coimbra, CEIS20, Portugal, joao.azaruja2016@gmail.com*

^b*Município de Vila Verde, Universidade de Coimbra, CEIS20, Portugal, marbnunes@gmail.com*

^c*Universidade de Coimbra, CEIS20, Portugal, mmb@fl.uc.pt*

Resumo

A Rede Nacional das Bibliotecas Públicas reconhece desde sempre a importância da formação dos recursos humanos no que se refere à gestão e ao exercício de funções em bibliotecas, em sintonia com as orientações da IFLA/UNESCO de 2022 sobre a biblioteca pública e com a Declaração de Lyon de 2014, que traça uma reconfiguração da biblioteca pública modelada por anseios que exigem uma maior intervenção social, a consolidação das novas tecnologias e a oferta de novos serviços, próprios da biblioteca híbrida. Partindo da caracterização do perfil académico e profissional dos e das responsáveis (coordenadores, ou diretores de 1.º, 2.º ou 3.º grau) pelas bibliotecas municipais em Portugal, com a hipótese colocada, pretende-se demonstrar que os profissionais da informação exercendo funções de direção ou coordenação nas bibliotecas públicas são altamente qualificados e, em consequência, academicamente aptos para enfrentarem os desafios do futuro. Para a recolha e análise de dados empregou-se uma metodologia quantitativa, tendo sido aplicado um inquérito por questionário a uma amostra formada por 202 responsáveis por bibliotecas públicas, tendo os respondentes representado 73,9% do universo em estudo. Os resultados obtidos comprovam a hipótese apresentada, revelando um universo de profissionais dirigentes altamente qualificados e, capacitados, a nível académico, para responderem aos desafios exigidos pelo novo paradigma de biblioteca e às novas funções determinadas pelos ambientes digitais.

Palavras-chave: Formação académica, Bibliotecas públicas, Portugal.

Introdução, objeto e método

O Manifesto da IFLA/UNESCO de 2022 para a Biblioteca Pública, na esteira da Declaração de Lyon, alargou a sua missão, elencando um conjunto de atividades e serviços que têm vindo a ser oferecidos por algumas bibliotecas públicas portuguesas nestas duas primeiras décadas do século XXI. Para tal, o mais recente Manifesto coloca - um foco particular na produção e partilha - de conhecimento e nas complexas questões dos direitos de autor e da propriedade intelectual em ambientes digitais, sem, no entanto, descurar os papéis tradicionais de promoção das múltiplas literacias e da construção de

comunidades.

Embora a visão principal da biblioteca pública continue centrada na promoção de todos os tipos de literacias, a nova versão do Manifesto aspira criar uma biblioteca híbrida, mais social, mais inclusiva, mais atenta a esta componente cívica representada pelos interesses e necessidades da comunidade.

Tendo em conta que «Constructive participation and the development of democracy depend on satisfactory education as well as on free and unlimited access to knowledge, thought, culture and information» (IFLA-UNESCO, 2022, p.1) é evidente a centralidade das bibliotecas públicas, tanto mais que elas têm de assegurar o acesso a todo o tipo de utilizadores e criar novos serviços proporcionados pelas tecnologias e ambientes digitais. Assim, o reclamam as questões do desenvolvimento sustentável. Perante esta reconfiguração da missão da biblioteca pública, a formação inicial académica dos seus profissionais emerge como um requisito legal, tornando-se indispensável a formação contínua.

Tendo como base a caracterização do perfil académico e profissional dos responsáveis pelas bibliotecas municipais em Portugal, a hipótese colocada pretende demonstrar que os profissionais da informação exercendo funções nas bibliotecas municipais são altamente qualificados e aptos para enfrentarem os desafios e as perspetivas do futuro das bibliotecas.

Para a recolha e análise de dados empregou-se uma metodologia mista, tendo sido aplicado um inquérito por questionário dirigido a todos os coordenadores e diretores das bibliotecas municipais, estejam ou não integradas na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (caso, a título de exemplo, das Bibliotecas Públicas de Évora e de Braga).

Apresentam-se em seguida os resultados deste estudo.

Resultados e Discussão

Caracterização

A diversidade de habilitações académicas dos responsáveis/diretores das bibliotecas públicas municipais carece de contextualização, refletindo o quadro histórico da evolução da formação académica dos bibliotecários e arquivistas, iniciada em 1887 com a institucionalização da Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos.

O retrato da formação de base e especializada dos responsáveis pelas bibliotecas públicas mostra-nos uma percentagem já significativa de licenciados em Ciência da Informação, alguns deles com mestrado na mesma área. O predomínio da formação pós-graduada, com ou sem grau, releva da existência recente da formação de 1.º ciclo, situação que, até há cerca de 20 anos, obrigava licenciados noutras áreas a obterem a sua especialização em estudos avançados, conferentes ou não de grau. Após a reforma de Bolonha, e num cenário diferente, o mestrado tornou-se um complemento normal da licenciatura, razão pela qual, o número de licenciados que simultaneamente detém mestrado em Ciência da Informação (CI) continua a aumentar. Com a consolidação dos cursos de doutoramento em CI acreditados pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, como é o caso da Universidade de Coimbra, é natural que a tendência para o aumento do número de doutorados nas bibliotecas da administração pública, ainda reduzido, se confirme.

É esse o sentido dos dados preliminares recolhidos até este momento. Do inquérito por questionário, dirigido aos diretores/coordenadores das 237 bibliotecas públicas de Portugal continental, obtiveram-se 202 válidos para tratamento, correspondendo a uma taxa de resposta de cerca de 74%.

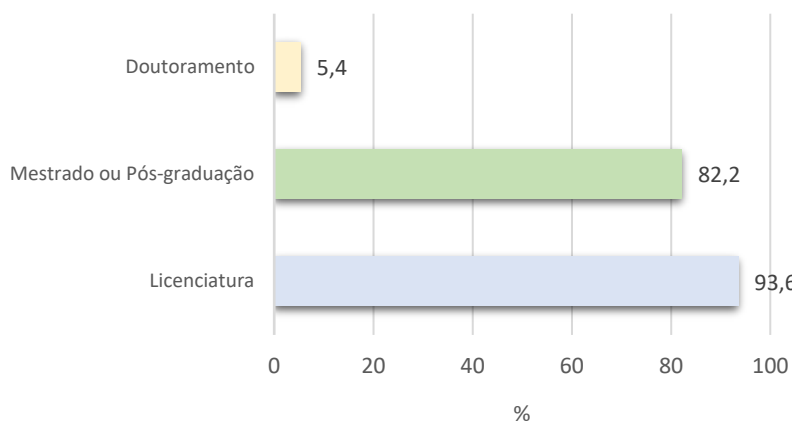


Figura 1

A maioria dos diretores/coordenadores das bibliotecas públicas detém qualificações académicas elevadas, como se observa, apenas 7,4% dos diretores/coordenadores não possui licenciatura; na maior parte dos casos a licenciatura é complementada com mestrado ou pós-graduação (82%) e 5%, um número ainda reduzido, detém o grau de doutoramento.

Quanto à área de formação, apenas 23% dos inquiridos possuem uma licenciatura em CI. A maioria das licenciaturas (76%) incide sobre outros domínios científicos e 1,1% dos inquiridos, possui duas licenciaturas, no campo de CI e em outra área. Observa-se ainda que 84% concluiu um mestrado ou pós-graduação na área de CI, o que pode indicar uma necessidade de especialização, considerando o cargo que ocupa e as funções desempenhadas, já que não possuem licenciatura, nesta área. Correspondendo a 5,4%, 11 diretores/coordenadores possuem doutoramento, 4 destes na área de CI, 6 noutra área e 1 é titular de 2 doutoramentos, um deles no campo da CI (figura 1).

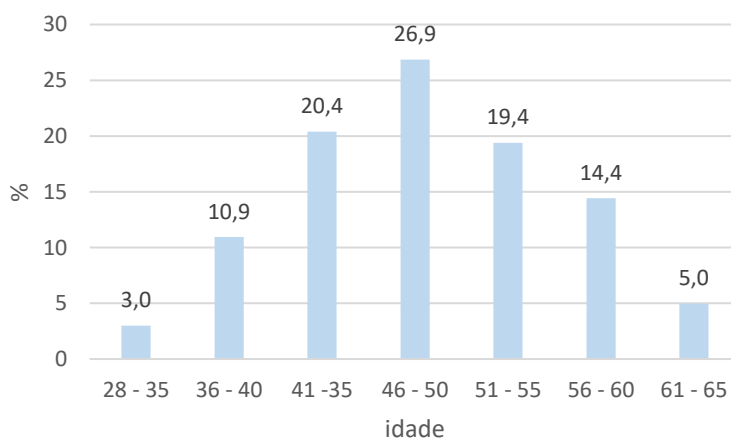


Figura 2

Como se observa no gráfico (figura 2), a idade dos diretores/coordenadores das bibliotecas públicas situa-se entre 28 e 65 anos. A maioria dos sujeitos tem 50 anos de idade (valor modal), sendo a média de idades de 48,3 anos; 25% dos inquiridos tem até 43 anos, 50% tem entre 44 e 53 anos e 25% tem mais de 54 anos de idade. Apenas 1 inquirido não respondeu a esta questão. Tendo em conta o valor

modal, pode-se dizer que os responsáveis pelas bibliotecas públicas são uma categoria profissional que se encontra numa faixa etária apta a enfrentar os desafios dos novos serviços da biblioteca híbrida. Face à percentagem reduzida dos grupos etários até aos 45 anos que se situa entre os 3% e 20, 4%, conclui-se que este peso está correlacionado com o percurso relativamente recente da CI em Portugal.

CONCLUSÕES

A missão da biblioteca pública, de carácter eminentemente cultural e com fins que também passam pela ação social, esteve sempre ligada à educação, tendo começado por ser considerada a *Universidade do povo*, e mantendo um grau de ligação muito próximo com a educação formal, informal e não formal. Por isso, a última versão do Manifesto da IFLA/UNESCO para a biblioteca pública de 2022 reconhece que ela representa uma garantia no pleno acesso de todos ao direito à educação e à participação ativa na vida cultural e social da comunidade.

Esta obrigação lança um profundo e exigente desafio aos decisores políticos e aos profissionais da informação, porque pretende-se criar um modelo de biblioteca híbrida, mais social, mais digital, mais inclusiva, mas sem desviar o seu foco da promoção da literacia, isto é, da capacidade de as comunidades interpretarem e aplicarem contextualmente a informação de uma forma crítica e criativa que lhes permita uma sobrevivência digna numa sociedade dominada pela informação, uma participação ativa na vida comum e uma qualidade de vida suportada na justiça, na equidade e no bem-estar social. Este novo paradigma de biblioteca pública assenta muito nas tecnologias e num serviço construtor de comunidades, de partilha de experiências e de projetos, bem patente em algumas comunidades intermunicipais, onde as bibliotecas se organizam em redes. Indo ao âmago da questão, a biblioteca pública pretende aproveitar ao máximo as suas potencialidades e otimizar a capacidade de adaptação aos interesses das pessoas e das instituições. T tamanha visão da biblioteca pública implica que ela própria assuma o papel de formadora, nomeadamente na questão das tecnologias e, sobretudo, do controlo da própria vida dos cidadãos, num ambiente predominantemente digital e em permanente transformação. Tendo como base a caracterização do perfil académico e profissional dos diretores das bibliotecas públicas de Portugal, confirma-se que, ao nível da formação, os profissionais da informação exercendo funções de direção ou coordenação nas bibliotecas públicas são altamente qualificados, detendo formação especializada, pós-graduada, estando neste contexto aptos para enfrentarem os desafios e abraçarem novas perspetivas para o futuro das bibliotecas. A oferta formativa na área de CI em três níveis de formação que existe em Portugal - licenciatura, mestrado e doutoramento - tenderá a reforçar as competências na área, à medida que se vão incorporando na carreira, tão necessárias para perspetivar novos trilhos para as bibliotecas.

Referências bibliográficas

Borges, Maria Manuel, Freitas, Maria Cristina Vieira de & Oliveira, Silvana Roque de (2019). A Ciência da Informação em Portugal nas primeiras décadas do século XXI: uma cartografia ibero-americana. *Bibliotecas in Anales de Investigación*. (15) (1).
<http://hdl.handle.net/10316/86802>

Calixto, J. A., Nunes, M. B., Freitas, M. C. V., & Dionísio, A. (2012). Bibliotecas públicas, exclusão social e o fim da esfera pública. In Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas: integração, acesso e valor social. Lisboa: BAD. Disponível em:

<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/340/pdf>.

Coutinho, Clara Pereira. (2018). *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanidades: Teoria e prática*. Almedina.

Creswell, John W. (2016). *Projeto de investigação: Métodos qualitativos, quantitativos e mistos*. Artmed.

IFLA. (2014). *Declaração de Lyon sobre o acesso à informação e desenvolvimento*. <https://www.lyondeclaration.org/content/pages/lyon-declaration-pt.pdf>

IFLA/UNESCO. (2022). *Public Library Manifesto 2022*.

<https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/2006/1/IFLA-UNESCO%20Public%20Library%20Manifesto%202022.pdf>

Pinto, Maria Manuela Gomes de Azevedo. (2008). *Formação em informação e documentação: Portugal na contemporaneidade*. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/26562>.